



## **LEI ORDINÁRIA Nº 2142**

*de 26 de maio de 2025*

**“ Dispõe sobre a regulamentação de ambulante eventual não domiciliados no município de Jardim / MS, e dá outras providências. ”**

*JULIANO DA CUNHA MIRANDA , Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, submete a apreciação do Legislativo Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:*

**Art. 1º** - Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre o funcionamento e o exercício para o comércio ambulante eventual, no perímetro urbano do Município de Jardim, de pessoas não domiciliadas no município, fixando normas gerais de funcionamento.

**§ 1º.** Para fins desta Lei é considerado ambulante eventual autônomo aquele que, pessoalmente, exerce pequena atividade comercial de venda de produtos nas áreas públicas no perímetro urbano do Município, em festas, exposições e eventos de curta duração, podendo ser definido como:

**I** - Ambulante -mercador: aquele que comercializa mercadorias produzidas por terceiros;

**II** - Ambulante -produtor: aquele que comercializa, única e exclusivamente, produtos da sua própria fabricação, ou produção.

**§ 2º.** Estão incluídos entre as áreas públicas, as praças, parques, os logradouros públicos, compreendidos as vias de circulação e as calçadas e demais áreas de uso comum do povo.

**§ 3º.** Esta lei se aplica aos ambulantes não domiciliados e não residentes no município de Jardim/MS.

**§ 4º.** Caberá ao departamento de Tributos e Cadastro do Município a definição do local e horário para exercício da atividade de Ambulante Eventual prevista nesta lei.

**§5º.** Para o exercício da atividade de ambulante produtor eventual, além da Licença Especial prevista nesta lei, também deverá portar a licença sanitária expedida pelo órgão municipal competente.

**Art. 2º** - Os vendedores ambulantes não residentes no município e que tenham interesse em exercer a atividade eventual na cidade de Jardim, deverão registrar-se previamente no Departamento de Tributos e Cadastro com preenchimento do formulário próprio, apresentação de licença sanitária, se for o caso, emissão de Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual mediante pagamento de taxa diária ou mensal conforme anexo I desta lei e atendimento dos demais requisitos estabelecidos nesta norma.

**§ 1º** - A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual será emitida pelo Departamento de Tributos e Cadastro e deverá conter:

**I** - Nome e CPF do responsável, e indicação de funcionário se houver;

**II** - Razão Social, nome fantasia e CNPJ do responsável, se houver;

**III** - Endereço completo de residência do responsável e telefone de contato;

**IV** - Ramo de atividade e produtos vendidos;

**V** - Data da emissão da licença;

**VI** - Validade da licença;

**VII** - Local e Horário para realização da atividade;

**VIII** - Placa do veículo com o qual será exercida a atividade, se cabível;

**§ 2º** - A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual é intransferível.

**§ 3º**- A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual deverá sempre estar atualizada e em poder do comerciante eventual ambulante.

**§ 4º** - A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual deverá ser atualizada sempre que as houver alterações alterações ou quando expirar sua vigência.

**Art. 3º**- A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual poderá ser suspensa, cassada ou não renovada, por meio de fiscalização municipal e em virtude de decisão motivada.

**Parágrafo único:** A suspensão, cassação ou não renovação da licença não ensejará indenização pelo Poder Público.

**Art. 4º** - É vedado ao vendedor eventual ambulante descrito nesta Lei:

**I** - Exercer atividades sem a devida autorização;

**II** - Não exercer pessoalmente a atividade e sem a autorização e comunicação previa;

**III** - Comercializar produtos não mencionados em sua licença;

**IV** - Possuir, expor e/ou vender mercadorias ilícitas;

**V** - Apregoar mercadorias fora do seu espaço autorizado ou serviços em

voz alta, mesmo que transitoriamente, com oferecimento de seus produtos;

**VI** - Instalar ou conduzir volumes de forma que atrapalhem a circulação de pedestres e/ou veículos particulares;

Art. 5 - É expressamente proibida a comercialização por ambulante de:

**I** - Alimentos e/ou bebidas preparados no local, sem que a atividade/local esteja licenciado pelo Vigilância Sanitária Municipal;

**II** - Alimentos e/ou bebidas preparados preponderantemente no local, sem que a atividade /local esteja licenciada pela Vigilância Sanitária Municipal;

**III** - Bebidas prontas fracionadas, sem que a atividade /local esteja licenciada pela Vigilância Sanitária Municipal;

**IV** - Medicamentos e especialidades farmacêuticas;

**V** - Telefones celulares, eletroportáteis ou eletrodomésticos;

**VI** - Facas, canivetes e similares, armas, munições, pólvora, réplica de armas de fogo e / ou produtos semelhantes;

**VII** - Fogos de artifício e artigos pirotécnicos, produtos explosivos, inflamáveis, corrosivos e/ ou semelhantes;

**VIII** - Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas, raticidas e semelhantes.

**IX** - animais;

**Parágrafo único** : Cabe a Fiscalização Municipal proibir quaisquer produtos que, a seu juízo, ofereçam perigo à saúde pública ou passem a apresentar quaisquer inconvenientes.

**Art. 6º** - As mercadorias que em virtude de infração forem apreendidas nas áreas públicas do perímetro urbano de Jardim, serão recolhidas em depósito público, mantido a guarda pela Fiscalização Municipal.

**§ 1º.** As mercadorias perecíveis serão imediatamente doadas às instituições de caridade cadastradas no Município de Jardim MS.

**§ 2º.** As mercadorias não perecíveis recolhidas ao depósito só poderão ser devolvidas mediante requerimento do respectivo proprietário, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da apreensão, mediante

*a comprovação do pagamento de eventual multa aplicada, sob pena de perda dos bens para a municipalidade.*

**Art. 7º** - *Sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, a autorização dos ambulantes poderá ser cassada quando constatada qualquer das seguintes infrações:*

**I** - *Venda de mercadoria deteriorada;*

**II** - *Fornecimento de mercadoria a vendedores clandestinos;*

**III** - *Desacato aos agentes de fiscalização;*

**IV** - *Agressão física ou moral;*

**V** - *Atitude atentatória à moral e aos bons costumes;*

**VI** - *Ser autuado sem estar portando a Licença Especial para exercício da Atividade emitida pelo órgão municipal;*

**VII** - *Venda de bebidas alcoólicas a menor.*

**VIII** - *Não atendimento de qualquer das disposições constantes nesta lei;*

**§ 1º** - *Para o exercício do poder fiscalizatório, de apreensão ou mesmo de cassação da licença dos ambulantes irregulares, o fisco municipal poderá solicitar o uso de força policial, se necessário.*

**§ 2º** - *Os ambulantes que forem reincidentes nas infrações dispostas nesta Lei serão proibidos, de forma permanente, de atuarem nos limites do município de Jardim /MS.*

**Art. 8º** - *Pelas infrações a seguir enumeradas serão impostas as seguintes penalidades:*

**I** - *Vender mercadorias não permitidas:*

**Penalidade:** *multa de 100 UFMJ - unidades fiscais do Município de Jardim.*

**II** - *Vender mercadorias fora do local permitido:*

**Penalidade:** *advertência verbal e apreensão das mercadorias, além de multa de 250 UFMJ - unidades fiscais do Município de Jardim.*

**III** - *Deixar de cumprir os preceitos sanitários ou de higiene relativa ao tipo de comércio:*

**Penalidade:** *multa de 500 UFMJ - unidades fiscais do Município de Jardim, apreensão das mercadorias comercializadas, e conforme a*

*gravidade dos fatos, a suspensão da atividade exercida.*

**IV - Dificultar ou ludibriar de qualquer forma a fiscalização:**

**Penalidade:** multa de 100 UFMJ - unidades fiscais do Município de Jardim, apreensão das mercadorias comercializadas, podendo ser suspensa a atividade exercida.

**Parágrafo único.** Toda infração que resultar em penalidades previstas neste artigo implicarão em orientação, notificação e apreensão da mercadoria ou produto pela fiscalização municipal.

**Art. 9** - Os vendedores ambulantes deverão portar obrigatoriamente consigo os seguintes documentos:

**I** - Autorização ou licença para o exercício da atividade;

**II** - Carteira de identidade ou carteira profissional

**III** - Licença Sanitária, se for o caso;

**Parágrafo único.** Sem o prejuízo do disposto no artigo 10 desta Lei, os ambulantes fiscalizados que não estiverem portando os documentos do caput deste artigo poderão ter a licença especial cassada e serem retirados do município, inclusive com o apoio de força policial se necessário.

**Art. 10-** O Poder Executivo Municipal regulamentará através de Decreto a presente Lei Complementar, no que for necessário para a sua aplicação.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO I

##### TAXA DE LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE AMBULANTE E EVENTUAL

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM UFMJ	
	POR DIA	POR MÊS
<b>I - COMÉRCIO AMBULANTE E EVENTUAL</b>		
Por vendedor com cesta	15 UFMJ	30 UFMJ
Por vendedor com bicicleta ou carrinho manual	15 UFMJ	40 UFMJ
Veículo automotor	30 UFMJ	100 UFMJ
Artesanato (m <sup>2</sup> )	10 UFMJ	30 UFMJ
Outro meio de comércio permitido não definido anteriormente (por vendedor)	30 UFMJ	100 UFMJ

*Jardim - MS, 26 de maio de 2025.*

*JULIANO DA CUNHA MIRANDA Prefeito Municipal de  
Jardim*

---

*Lei Ordinária Nº 2142/2025 - 26 de maio de 2025*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*